

"Pacificação" dos Bororo Coroados na Província de Mato Grosso: "Guerras e Alianças" (1845 – 1887)

Marli Auxiliadora de Almeida*

Este texto que apresentamos neste Seminário Temático intitulado - "Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares", resulta de nossa pesquisa de Mestrado sobre o contato entre os Bororo Coroados e a sociedade mato-grossense, na segunda metade do século XIX. Analisaremos pontualmente as táticas e os procedimentos de "Guerra" e "Paz", empreendidas por representantes governamentais e os Coroados, através das narrativas do etnólogo Karl Von den Steinen e do Alferes Antonio José Duarte.

O objetivo deste estudo é proporcionar visibilidade à população indígena Bororo Coroados, a partir do diálogo entre a história e antropologia. Portanto, concordamos com a afirmativa de John Manuel Monteiro ao destacar: *experiências, vivências e estratégias indígenas vêm sendo esmiuçadas por crescentes números de estudiosos*¹.

A relação de contato entre os Bororo e os agentes colonizadores inicia-se com a chegada dos bandeirantes ao território hoje denominado de mato-grossense. No Setecentos esses mamelucos paulistas se utilizaram de contingentes Bororo como "guias" de incursões contra outros indígenas e, posteriormente, da exploração do ouro, atividades que resultaram também na ocupação de seus territórios primitivos às margens do rio São Lourenço.

No decorrer do período Oitocentista a ocupação das terras dos Coroados intensificou-se a partir da ação do Presidente da Província Pimenta Bueno, que propôs uma alternativa de comunicação da Província com a Corte via São Paulo, através de uma abertura de acesso pelo Vale do Piquiri. Com o controle de seus territórios, os Coroados passaram a responder aos procedimentos de ocupação de seus espaços primitivos e sagrados através de "ataques", expressão utilizada pelos presidentes da província, resultando em estratégias de contato na maioria das vezes maléficas ao grupo indígena, intentadas por governantes e proprietários de terras, e amparadas em leis.

Além da ocupação das estradas de acesso para o litoral, os Coroados também foram acusados de ataques às fazendas, como a do Capitão Victorino José de Couto,

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

¹ MONTEIRO, John Manuel. *Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios*. 1999.

situada às margens do rio São Lourenço, *como represália a essa ação, o governo via-se na necessidade de enviar bandeiras para os sertões, reprimindo-os*, conforme observou o cadete João Augusto Caldas².

A finalização das “correrias” dos Coroados com a utilização de “bandeiras”, defendida pelos governos provinciais como instrumento de “pacificação”, em divergência à estratégia da “brandura”, estabelecida no Regulamento de 1845, demonstrou a face do contato de indígenas e não-índios a partir de atitudes de “guerra” e “paz”.

O Presidente da Província Augusto Leverger indicou esse procedimento ao Diretor-Geral dos Índios, Henrique José Vieira, que tentou colocá-lo em prática. A bandeira que se dirigiu às terras dos Coroados em 1852, foi guarnecida por uma força militar, sob as ordens do Comandante interino do Distrito de Vila Maria e do fazendeiro Antonio Correa da Costa, proprietário de terras localizadas nas proximidades do rio São Lourenço, tendo como elemento estratégico fundamental a participação de alguns Bororo Cabaçal, relatou Leverger :

Incumbi-o de fazer com que voluntariamente venha a esta Capital algum índio Bororo que fale bem a nossa língua, para com ele travarmos relações pacíficas com os Coroados, por supor que aqueles falam a mesma língua destes³.

A ação proposta pelo Presidente da Província respaldava-se no Decreto de 1845, que indicava a possibilidade de um grupo indígena persuadir outro, através de manifestações culturais como a linguagem e símbolos culturais de grupo indígena a ser contatado. Essa tentativa, porém, não se efetivou, uma vez que os Cabaçal se negaram a contatar os Coroados.

Após esta frustrada experiência, o Presidente Augusto Leverger tentou utilizar índios já “pacificados”, independente de pertencerem ao mesmo grupo, para a formação de contínuas bandeiras contra os Coroados. Nesse sentido, ordenou ao Diretor-Geral que organizasse naquele mesmo ano uma bandeira composta de dezesseis integrantes, dentre eles um índio Guaná, que exerceu a função de trilhador, cujo principal objetivo era afastar os Coroados da estrada que ligava a província a Goiás a São Paulo. Os participantes da expedição, sendo contratados ou voluntários, recebiam pagamentos por esse serviço⁴.

² CALDAS, João Augusto. *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Mato Grosso*. 1887.

³ Livro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848-1860. APMT.

⁴ Relatório do Presidente da Província Barão de Maracajú. 1880. APMT.

O recurso da força usado na província de Mato Grosso foi condenado pelo Imperador D. Pedro II, através do Ministério do Império, pelo “Aviso de nº 40”, e também pelo Regulamento de 1845. Mas, segundo Manuela Carneiro da Cunha o próprio “Aviso” referia-se ao assunto de maneira contraditória: *a abstenção de violência empregada contra aqueles infelizes, a qual só pode ter cabimento para repelir os ataques por eles cometidos contra as povoações, e viadantes, e jamais para os ir procurá-los nas matas, e exterminá-los*⁵.

O procedimento das bandeiras encontrou apoio do segundo Diretor-Geral dos Índios da província, o capitão Henrique José Vieira, que ao assumir o cargo em 1850 priorizou a política de pacificação, através de bandeiras. Além destas bandeiras, também foram instalados destacamentos militares próximos aos locais onde deveriam funcionar os aldeamentos, devidamente autorizados pelo Ministério da Guerra; estes tinham por objetivo proteger as proximidades de distritos e locais de lavouras. Esta estratégia da política indigenista da província recebeu apoio dos proprietários de terras, servindo principalmente para que os índios percebessem a vigilância criada pela autoridade provincial.

Os Bororo Coroado voltaram a ser assunto de “pacificação” durante o gestão do Presidente Antonio Pedro de Alencastro, em 1860, quando, respaldado pela permissão recebida do governo central para expedir força como meio de reduzir os indígenas bravios, este determinou a ocupação definitiva de tropas destacadas para a margem superior do rio São Lourenço, propriamente em um de seus afluentes, o rio Piquiri.

O uso da força contra os índios que não aceitavam o contato encontrou apoio governamental na criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860, englobando o Ministério dos Negócios do Império. Conforme apontou Antonio Carlos de Souza Lima, esse Ministério foi consequência do desdobramento de três feixes temáticos existentes durante o período imperial – terra, trabalho e guerra, que abarcavam atribuições relativas aos indígenas⁶.

Diante dessa circunstância, restava por parte dos governos provinciais uma adequação das estratégias no trato com os indígenas, de acordo com a realidade da província. João José Pedrosa, ao perceber o fracasso de incentivar o conflito entre indígenas pela causa do “civilizado”, propôs então a participação de um grupo particular,

⁵ CUNHA, Manuela Carneiro. *Legislação Indigenista no século XIX: 1808-1889*. 1992. Nesta obra a autora cita o aviso nº 40 de 15/06/1850 do Ministério do Império que reprovava a hostilidade contra os índios, aconselhando a “catequese” e “civilização”.

⁶ LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. 1995.

composto por proprietários e sertanistas, formando uma força paramilitar, a chamada “guarda rural” ou “ronda volante”. Os componentes desses grupos seriam pagos pelo governo provincial para proteger a população, principalmente as propriedades fundiárias.

Todas essas estratégias valiam para pacificar os indígenas, pois o que verdadeiramente estava em jogo era o “progresso” da Província. O território desse subgrupo passou a ser indicado como ponto de passagem em um projeto de construção de uma ferrovia que ligava Cuiabá ao Rio de Janeiro, via São Paulo, em 1876, o que reforçava a necessidade de aldeamento.

O Presidente da Província Rufino Enéas Galvão, o Barão de Maracajú, que havia assumido o cargo em 1879, solicitou do governo imperial, considerando a possibilidade do contato através da catequese e não mais pela guerra, o envio de seis missionários franciscanos para a província, mas obteve resposta negativa.

As queixas com relação às “correrias” continuavam, o Presidente Maracajú organizou, em 1880, duas expedições para a região do rio São Lourenço, visando combater esse subgrupo: uma partiu da Colônia Militar de São Lourenço e outra de Cuiabá. A investida resultou no aprisionamento de nove indígenas, que foram batizados com nomes portugueses: Amélia, Mariana, Duarte, Coqueiro, Rosa e suas duas filhas, e outros.

O Diretor-Geral dos Índios Thomaz Antonio de Miranda e sua esposa adotou uma das índias aprisionadas, de nome coroadado Cibáe Modojobádo, batizando-a de Rosa Miranda. Rosa permaneceu durante cinco anos com a família do Diretor-Geral dos Índios, sendo preparada para servir de intérprete nas expedições de contato, organizadas em 1886.

As expedições de 1886 foram ordenadas pelo então Presidente Joaquim Galdino Pimentel e comandadas pelo alferes Antonio José Duarte. A primeira partiu de Cuiabá no dia 2 de abril, seguindo o trajeto fluvial. Saindo do Cuiabá, tomava o São Lourenço, até chegar às aldeias dos Coroados, situadas exatamente às margens deste rio. Duarte descreveu em um relatório a estratégia de: *Além de brindes para os selvagens levava como medianeiras seis índias e um índio daquela tribo de índio, que há tempo tinham sido aprisionados e viviam entre nós já afeitos aos costumes da vida civilizada*⁷.

O resultado dessa primeira investida foi o aprisionamento de vinte e oito Coroados, que foram trazidos para a capital da província, Cuiabá, no dia 24 de junho de 1886. Esses indígenas também foram batizados e receberam nomes escolhidos por seus

⁷ Relatório de Antonio José Duarte ao Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel. 1886. APMT. Lata 1886-A.

padrinhos, ocupantes de cargos políticos e suas respectivas esposas, inclusive incorporando o sobrenome dessas famílias.

Passada a euforia provocada pelo sucesso dessa primeira expedição, Galdino Pimentel, com o objetivo de “pacificar” um número mais significativo de Coroados, determinou ao alferes Duarte, em agosto de 1886, que voltasse à região de São Lourenço, dessa vez com uma força mais numerosa: 44 praças e 07 índios Coroados.

Após terem acampado à margem direita do rio São Lourenço, o alferes Duarte recomendou às Índias Amélia e Mariana e ao índio Duarte que internassem para o centro, a fim de empregarem os meios de conduzir a sua presença os selvagens ali aldeados⁸. Repetindo o êxito, este grupo trouxe mais sessenta e oito índios, que foram recebidos por Duarte, e presenteados com diversos brindes, tais como roupas e refeições.

Nos dias seguintes esses fatos repetiram-se contabilizando, ao final desta expedição, um total de 430 selvagens, sendo 337 do Alto e 93 do Baixo São Lourenço⁹. Em 6 de outubro de 1886, Duarte deu como vitoriosa a sua empreitada e retornou a Cuiabá, onde foi recebido como responsável por promover, enfim, a “pacificação” dos indômitos Coroados.

Os Coroados “pacificados” foram encaminhados para duas colônias militares, Teresa Cristina, localizada no rio Prata, e Isabel, no Piquiri, ambos afluentes do rio São Lourenço, dando continuidade à estratégia governamental de reuni-los em áreas reduzidas, principalmente para exercer o controle militar sobre os pacificados.

A divulgação do resultado das expedições de 1886, na capital da Corte, por meio do artigo escrito por Maria do Carmo Rego, esposa do Presidente da Província, Francisco Rafael Rego, principalmente no relato do desfecho do contato, quando simbolicamente o cacique *Moguiocuri* passa seu arco para o conquistador, sempre através da intermediação de Rosa, deu início à criação e divulgação de uma representação em torno dessa índia como personagem fundamental à pacificação dos Coroados.

No entanto, a pesquisa dos relatos escritos por Duarte, um deles, impresso, publicado na Revista da Sociedade de Geografia; o outro, enviado ao Presidente Galdino Pimentel nos possibilita pensar atitudes de recriação de identidades por parte dos Coroados, contrapondo a historiografia mato-grossense que os demonstra como “pacificados” nas expedições de 1886.

⁸ Relatório do alferes Antonio José Duarte, publicado na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. 1887.

⁹ Op. cit. Relatório de Antonio José Duarte. 1887.

No artigo publicado na Revista Sociedade de Geografia, Duarte registrou o sucesso das expedições, referindo-se à ajuda dos indígenas intérpretes.

Contudo, no relatório manuscrito que Duarte enviou ao presidente da província em 1886, dando conta do resultado da expedição “pacificadora”, o comandante registra um comportamento diferente do que foi posteriormente proclamado pela cronista Maria do Carmo: o papel desempenhado por uma das intérpretes. Assim escreveu Duarte:

A catequese que incentivei, produziu o mais brilhante resultado. Os selvagens vinham se apresentar diariamente e recebiam brindes. O índio Coqueiro é quem mais se esforçou, para a realização da catequese, andando por todos os aldeamentos e convencendo os índios de tal forma que vinham em turma (...). A Índia Rosa, em vez de auxiliar-me, pelo contrário, procurava plantar a desarmonia entre os índios, que eu em ato contínuo destruía. Esta Índia não convém regressar e nem merece consideração alguma¹⁰.

Vemos, pois, que longe de realizar feitos heróicos para a “pacificação”, Rosa, segundo o comandante das expedições, procurava “plantar a desarmonia”, compondo o cenário de “Guerra” e “Paz”. Nas atitudes como a de Rosa e de Coqueiro, é possível perceber que os Bororo Coroado desenvolveram “dimensões simbólicas da ação social”¹². Entendendo essa denominação a partir da relação entre a história e antropologia, que nos possibilita desenvolver análises de papéis realizados pelos índios, na reconstrução de suas identidades.

Durante a administração do Diretor Antonio José Duarte, as pistas sobre comportamentos de “Guerra” e “Paz” entre não-índios e Coroado, continuavam ganhando destaque em seus escritos. Ao relatar algumas das cenas cotidianas na Colônia ao Presidente da Província Francisco Rafael Rego, o diretor Duarte destacou a insistência dos Bororo em professar ritos de religiosidade.

A escola mandada criar por iniciativa de V. Ex^a para ensino dos menores indígenas foi a principio regularmente freqüentada pelos menores, bom o correr do tempo, porém, foram tornando-se remissos, devido maus conselhos que recebiam dos – Bares e Aroetorares – que vinham constantemente das selvas à procura de brindes, e incutia-lhes no ânimo, não só dos menores, como também de seus pais a idéia de que, do papel lhes vinha à morte.

¹⁰ Relatório do Alferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel. 1886. APMT. Lata 1886-G. Grifos nossos.

¹² BURKE, Peter. *A escrita da história*. 1992.

*Os Bares e Aroetorares são índios privilegiados nas aldeias, por que são os seus profetas. São os que predizem tudo quanto tem de acontecer no aldeamento, pelo que tem grande ascendência sobre os outros*¹³.

Na observação feita por Duarte, podemos perceber que a relação entre os Coroados e representantes da sociedade mato-grossense, ainda era marcada por procedimentos do início da “pacificação”, ao ser referir à procura de brindes por parte dos Bororo adultos. Mas, também é possível indicar as práticas religiosas dos Coroados, como a crença nos Bares, como procedimentos de reconstrução de identidade.

O etnólogo alemão Karl Von den Steinen, que esteve entre os Coroados aldeados em Teresa Cristina, no ano de 1888, também nos deixou importantes indícios de atitudes dos Coroados ante os não-índios, que nos permite pontuar a reconstrução de identidade. Segundo Steinen: descreveu: cenas na Colônia Teresa Cristina, nas quais os Coroados aparecem como aldeados.

*O aroé – A reunião dos homens chamava-se aroé, e isto principalmente em consideração à caçada comum. (...) Clemente assegurava que os índios da colônia não viviam diferentemente das usa aldeias, e que nestas, pelo contrário, a caçada comum era muito mais importante*¹⁴.

Os fragmentos das narrativas de Karl von Steinen ou de Antonio José Duarte, analisados neste texto, nos possibilita redimensionar a história de contato entre os Bororo Coroados e representantes governamentais de Mato Grosso imperial. Os Coroados mesmo considerados “pacificados” e aldeados, construíram uma história indígena.

¹³ Relatório do Alferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província Francisco Rafael Rego. 1888. APMT. Lata 1888-F.

¹⁴ STEINEN. Karl Von den. *Os aborígenes do Brasil Central*. 1940.